

## A questão da Paz

Eis como um correspondente do *Genevois*, diário de Genebra (Suíça), apresenta o problema:

«É inegável que a paz dos Bolxeviques merece mais a atenção da parte dos povos aliados do que a paz do Papa, a paz de Wilson ou as propostas mais remotas do Kaiser.

A proposta russa invoca, com efeito, o facto capital de serem as classes laboriosas, as quaes pagam a guerra, que finalmente lhe suportam o peso todo; e, dirigindo-se em nome dos commissarios do povo russo aos povos beligerantes, assenta um principio interessante, a saber: *que é aos povos que compete estabelecerem as suas condições de paz, se se quer obter uma paz duradoura.*

Claro está que os povos dos Impérios centrais não formularão as suas condições de paz senão por intermédio dos seus governantes, e mas não será doloroso ver, nos povos aliados, uma attitude análoga e tam pouca paixão em se interessar pelo grave problema da paz?

No entanto, os povos aliados escusam de recer fazer mais mal, — no decorrer das suas negociações de paz, — de que os seus dirigentes durante a presente guerra, se se pensa a que atoleiro os diplomatas e governos aliados levaram os seus povos nesses três anos.

¿Mas como se há-de fazer para ter o assentimento dos povos, numa manifestação real? Qual é o meio pratico? ¿Será ainda uma representação tirada de assembleias populares?

Façam o que fizerem, assim predominará sempre a opinião maiorista, não se podendo chamar a isso *paz dos povos*. Tam habituados estamos, nas lutas politicas, a satisfazer-nos com ella e a sacrificar-lhe a minoria, que, num problema como o da paz, — que deve satisfazer a unanimidade dos povos, — custa-nos a entrever os meios que os povos aliados fencionam empregar para afirmar realmente e realisar as suas condições de paz quando soar a hora.

Por ora, como vemos que só o povo

russo, em revolução, se occupa com paixão da sua situação e da gravidade do problema da paz, e devemos nós concluir daí que os outros povos aliados terão que fazer também a revolução para que venha a paz dos povos?

Os partidários do estatismo tantas leis teem feito, umas sôbre as outras, e tam bem ensinaram o respeito da legalidade; tam apegados estão a elas os povos, que estou persuadido de que há-de ser essa alternativa, — fazer a revolução, — que lhes há-de permitir realizar a paz dos povos.

Haveria, no entanto, a prática dos meios extra-legais, que foi quase totalmente esquecida, de tal modo subsistia o culto do sufrágio universal e dos sistemas eleitorais.

É aliás a recusa dos socialistas alemães, — que se fizeram mestres em estatismo, — de empregarem esses meios extra-legais (chegando até à greve geral em caso de mobilisação) que nós devemos a guerra actual.

¿Será pelo desconhecimento do seu uso que nós veremos os povos aliados deixar que lhes seja imposta a paz dos governantes e dos diplomatas, ou então tentarem realizar a paz dos povos por meio duma revolução, cujas consequências se não podem prever? *That is the question.* E neste momento não sei responder.

## AS CONDIÇÕES DE PAZ

Seria interessante e elucidativo estudar detidamente as variações dos fins de guerra ou condições de paz das potencias beligerantes, sob a acção da intervenção norte-americana, da revolução russa e dos seus acontencimentos da guerra, do seu caracter inédito.

Quanto ao programa de Wilson, trazendo na enfática fraseologia do democratismo universal os interesses norte-americanos do mar livre e dos mercados emancipados de tutelas económicas e politicas, falou há pouco Trótski com nitidez: «A última fórmula do presidente Wilson declara que a América não procura um engrande-

cimento territorial, mas no entanto vae reforçando o seu imperialismo. O problema da burguesia americana pode definir-se assim: enfranquecer o imperialismo dos dois campos da Europa, para que do capitalismo europeu herde o capitalismo americano. E é curioso assistir à discussão disfarçada, mas clara e firme, entre os governos aliados, fazendo-se incríveis habilidades na tradução e adaptação dos textos e fórmulas de Wilson...

A proposito das aludidas variações, desejaríamos poder reproduzir na integra um artigo de Merrheim (*La Vérité*, 12 de Janeiro). Reclamando do governo francês que fale emfim claramente, Merrheim refere-se à publicação, feita por Trotski, dos documentos secretos encontrados nos arquivos do ministério dos estrangeiros em Petrogrado:

«Esses documentos, de que só em parte tivemos conhecimento, mas que os russos, os neutros e as potências centreas conhecem integralmente, puseram ao sol os projectos imperialistas que os governos aliados tinham elaborado no segredo das chancelarias, ocultando-os cuidadosamente aos seus povos. Coisas velhas, tiveram ordem de dizer os jornalistas officiosos, e que toda a gente conhecia. É possível que as conhecessem alguns iniciados: os que as combinavam e os que as aprovavam. Um dia, uns e outros terão que prestar contas disso. Mas dissimulavam-nas cuidadosamente ao povo francês e até, segundo parece, aos seus próprios aliados. Há quinze dias, o ministro britânico dos estrangeiros, Balfour, declarava ter ignorado as negociações relativas à margem esquerda do Reno, realisadas entre o Sr. Doumergue, em nome da República francesa, e o tzar Nicolau II.»

E Longuet já tinha dito no *Pays* (3 de Janeiro): «Algumas semanas depois (da desastrosa Declaração dos fins de guerra dos Aliados dos começos de 1917)... os nossos governantes mandavam o Sr. Doumergue à Rússia para as detestáveis negociações sobre a margem esquerda do Reno. Essas negociações já nós as conhecíamos desde o dia em que Kerenski e Tereschenko as

revelaram a Cachin, Moutet e Lafont.

E do seu lado um jornal italiano (*L'Avvenire del Lavoratore*): «Agora que os maximalistas russos voltaram as cartas e publicaram os tratados secretos, sabemos que a Itália interveio na guerra com as seguintes condições: receber Trento e a sua região, Trieste com o seu interior, a Dalmácia com todas as ilhas dálmatas, habitadas por eslavos, as ilhas do Dodecaneso, pertencentes á Grécia, Adália com o interior na Ásia Menor, actualmente parte integrante da Turquia Asiática, o direito de alargar a possessão da Eritreia e da Somália, (ler: nova guerra com a Abissínia), e retoques nos confins da Cirenaica para os lados do Egipto e da Tripolitânia para as bandas da Tunisia. Agora, sim, que podemos estar seguros de que a Itália interveio na guerra para libertar os irmãos escravos e os pequenos povos...»

Dentes e apetite não faltam...

A intervenção do Brasil na guerra

## A ALIANÇA ANARQUISTA AO POVO

### Documentos (a)

Expondo estas considerações sobre a realidade dos factos, nenhuma ilusão acalentamos quanto à possibilidade de que elas cheguem a substituir a exaltação dominante no povo, incapaz, no momento, de qualquer reflexão.

A reflexão virá depois, determinada pelos acontecimentos, e, embora muitos hoje nos chamem loucos, sonhadores, bandidos mesmo, que é preciso exterminar, ou de vendidos aos teutonicos, amanhã estarão seguramente do nosso lado.

Reafirmamos, portanto, a nossa aversão a uma guerra que é de povos, porque são os povos que a fazem, mas que não é em parte nenhuma empreendida no interesse do povo, nem para o povo.

Tôdas as invocações feitas pelos be-

(a) Continuado do número anterior.